

## **Um Pantheon Equinocial: a construção biográfica de maranhenses e a formação do império brasileiro**

José Henrique de Paula Borralho\*

**Resumo:** Este trabalho visa demonstrar como no Maranhão do século XIX, a cognominada “Athenas Brasileira”, ou a construção de biografias de maranhenses que participaram da construção do império brasileiro, é também um projeto de edificação de uma cultura oficial que, enquanto intelectuais, organizaram a forma como as estâncias sociais legitimadoras interpretavam a sociedade, posicionavam os indivíduos, controlavam o aparato burocrático do estado, didatizavam o passado, construam o futuro, conduziam o presente. A visibilidade desses atores estava lastreada pela construção de biografias, ou seja, era necessário fazer conhecer como os organizadores da cultura oficial maranhense deveriam ser emblemáticos enquanto pessoas insígnas, já que carregavam a missão da construção da vida pública. Isso se aplica bem à figura de Antonio Henriques Leal e à forma como ele narrou o *Pantheon*.

**Palavras-chave:** Pantheon Maranhense, Athenas Brasileira, Império Brasileiro

**Abstract:** This work aims to demonstrate how in the Maranhão of the century XIX, the nicknamed one “Brazilian Athens”, or the construction of biographies of persons from Maranhão who participated of the construction of the Brazilian empire, is also a project of construction of an official culture that, while intellectuals, organized the form like the social ranches were interpreting the society, they were positioning the individuals, were controlling the bureaucratic pomp of the state, the past, were building the future, were driving the present. The visibility of these actors was ballasted by the construction of biographies, it was necessary to make knowing like the organizers of the official culture from Maranhão they should be while distinguished persons, since they were loading the mission of the construction of the public life. That is applied well to the figure of Antonio Henriques Leal and to the form as he it narrated the Pantheon.

**Key words:** Pantheon From Maranhão, Athenas Brasileira, Brazilian Empire

Do casamento de Ana Rosa de Carvalho Reis e Alexandre Henriques Leal, ricos proprietários rurais, nasceu Antônio Henriques Leal, no povoado de Cantanhende, região do Itapecuru, em 24 de julho de 1828. Como de costume em terras maranhenses, cedo rumou para São Luís para o início das primeiras letras e depois seguiu para o Rio de Janeiro, onde se graduou em Medicina.

De regresso ao Maranhão, participou, fundou e ingressou em círculos literários e estâncias de consagração social, como o Liceu Maranhense, o Instituto Literário Maranhense, o Gabinete Português de Leitura, na condição de sócio honorário, o Ateneu Maranhense e a

---

\* É professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de História e Geografia, Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Associação Tipográfica Maranhense. Foi ainda, na capital do império, sócio correspondente do IHGB e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, em Portugal, da Sociedade Médica de Lisboa.

Em 1855 foi nomeado para a função de auxiliar da Junta da Higiene Pública, da qual se demitiu em virtude do presidente da província, Antônio Cruz Machado<sup>1</sup>, desrespeitar a lei de quarentena. No Rio de Janeiro, foi regente do colégio Dom Pedro II, onde também acumulou a função de diretor deste internato. Exerceu dois cargos eletivos: o primeiro, como vereador da cidade de São Luís, entre 1865 e 1866, onde foi presidente desta casa; e em 1866, como Deputado Provincial, onde também exerceu a presidência, sempre pelo Partido Liberal.

Na lide do jornalismo político, nos anos de 1847 e 1848, colaborou no *Progresso*<sup>2</sup>, mesmo jornal do qual em 1861 se tornaria editor-chefe, e, ao lado de Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e Antonio Rego, fundou a *Imprensa*, em 1857, trabalhando neste impresso até 1861. Redigiu ainda, entre 1864 e 1865, o *Publicador Maranhense* e colaborou neste mesmo período em *A Conciliação*.

Afora o jornalismo político, participou de impressos de caráter literário e cultural, como *O Arquivo, Jornal de Instrução e Recreio* (onde Gonçalves Dias estreou como poeta, organizado por Augusto Frederico Collin, poeta e jornalista, secretário de governo da província do Paraná), *Semanário Maranhense* e *Revista Universal Maranhense*. Escreveu, em 1860 os *Apontamentos da Província do Maranhão*, o *Calendário Agrícola, História da Província do Maranhão*, a introdução da *História da Independência da Província do Maranhão*, notas biográficas das *Obras* de João Francisco Lisboa. Participou da *Casca da Caneleira*<sup>3</sup>, traduziu as *Cartas de Química*, de Jules Liebig, em 1867, escreveu o prólogo das *Obras Póstumas* de Gonçalves Dias, os quatro volumes do *Pantheon Maranhense: Ensaio biográficos dos Maranhenses ilustres já falecidos*. São Luis, 1873; Tomo I, Tomo II, 1875, os dois volumes dos *Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil* e a biografia de Antônio Marques Rodrigues, em 1875. Faleceu em 29 de outubro de 1885, depois de retornar de Lisboa para o Rio de Janeiro, onde residia.

---

<sup>1</sup> Advogado provisionado, Antonio Cândido da Cruz Machado, presidiu entre 10 de dezembro de 1855 a 23 de fevereiro de 1857. Político conservador, antes de vir para o Maranhão comandava a política em Serro-Frio, Minas Gerais e depois seguiu como presidente da província de Goiás antes de presidir a do Maranhão.

<sup>2</sup> Primeiro jornal diário da cidade de São Luis. Começou a circular em janeiro de 1847.

<sup>3</sup> Foi publicada em 1866. Obra coletiva escrita a onze mãos sob forma de pseudônimos por Flávio Reimar (Gentil Homem de Almeida Braga), Pietro de Castalamare (Joaquim Serra), Pedro Botelho (Raimundo Filgueiras), Rufo Salero (Marques Rodrigues), Jaime Blumm (Trajano Galvão), Nicodemus (Sotero dos Reis), Judael de Babel-Mandeb (Henriques Leal), Stephens Van-Ritter (Dias Carneiro), Golodron de Bivac (Sabbas da Costa), Iwan Orloff (Caetano C. Cantanhede), Conrado Rotenski (Sousândrade). *Casca da Caneleira* é uma novela escrita aos moldes de *La Croix de Berny*, dirigida por George Sand, que pretendia ser uma resposta a Antero de Quental e à Questão Coimbrã.

O *Pantheon Maranhense* é um instrumento para se perceber de onde os sujeitos sociais, membros da Athenas Brasileira, falavam, embora não sejam eles que falam, e sim o autor que fala por eles. Ainda que não retrate toda a elite, aliás, nunca foi essa sua intenção, os critérios de inclusão na obra — conseqüentemente, os de exclusão — não levam em consideração somente a capacidade intelectual dos biografados, perfilando literatos, jornalistas, juristas, oradores, entre outros, mas também de políticos, reforçando o elemento de distinção social por condição de notoriedade como qualidade de pertencimento a uma elite.

O Tomo I de *O Pantheon Maranhense* é dedicado a Luis Antonio Vieira da Silva, autor do célebre *História da Independência da Província do Maranhão* (1822-1828), publicado em 1862, que por seu intermédio, conseguiu, através do Ministério da Agricultura, a nomeação de Antonio Henriques Leal para uma comissão em Portugal, quando, já debilitado de saúde, atravessava dificuldades.

O primeiro biografado é Manuel Odorico Mendes. Já no primeiro parágrafo afirma que este foi o fiel “intérprete de Virgílio e Homero, foi entre nós o iniciador do bom-gosto literário e do esmerado cultivo da vernaculidade e das letras clássicas” (LEAL, 1873-75, 1997: 09). Doravante enquanto iniciador do bom gosto literário foi então um dos responsáveis, “sem contestação a esse benefício, que deve o Maranhão o primar neste ponto às suas irmãs, e merecer de alguns escritores o mui lisonjeiro epíteto de Atenas Brasileira” (LEAL, 1873-75, 1997: 09).

Muito significativo iniciar a galeria de biografados como Odorico Mendes enquanto estratégia de legitimação e certificação de sua obra afirmando ser o Maranhão a Athenas Brasileira. Para os que leriam, Odorico Mendes e o estandarte da Atenas serviam enquanto preâmbulo dos próximos biografados, induzindo o leitor a suavizar suas supostas críticas quanto aos critérios de ingressos e a relação dos citados. Nisto reside uma subestratégia: se o Maranhão era Athenas, logo os que constavam no Pantheon estavam sob a condição inviolável de contestação.

A vernaculidade a que se referia Antonio Henriques dizia respeito à posição estética assumida por Odorico Mendes enquanto cultor do arcadismo, admirador do classicismo e de autores românticos como Madame Stäel, Chateaubriand e Lamartine, convicto de que o caminho a ser percorrido pela nação em busca da afirmação da civilização brasileira deveria ser da repetição do que acreditava ser o beletrismo. Por isso, ao se empenhar nas traduções das obras gregas e neolatinas para o português, ou ser mais um dos tradutores, assumia a responsabilidade de ser um herói, digno de ser seguido, imitado na acepção de Henriques Leal.

O mesmo papel que desempenhou na imprensa ao estabelecer o debate com Garcia de Abranches, João Crispim, depois brigando com a política imperial, exercia enquanto tradutor, para figuras como Antonio Henriques Leal, ‘a missão’ de levar aos concidadãos o gosto esmerado pela verdadeira cultura, antibárbara que se praticava no Maranhão.

O empenho efetuado por Antonio Henriques Leal na monumentalização da obra de Odorico Mendes não se restringiu apenas em elogios e na longa explanação da vida do maranhense ao longo das 45 páginas, recheadas de uma excelente pesquisa, detalhes minuciosos e elogios sem fim, como também no esforço em levantar fundos para a publicação da primeira tradução para o português das obras de Homero junto a estabelecimentos comerciais em São Luís sob a consignação da Assembléia Legislativa Provincial e da construção de um monumento público em uma das praças da cidade.

A caracterização do panteão das celebridades maranhenses já estava em construção mesmo antes da confecção do livro de Antonio Henriques Leal. O livro era a culminância de culto às personalidades tão característico do século XIX, não só no Maranhão como alhures — o que Antero de Quental<sup>4</sup> cognominou de “escola do elogio mútuo”.

Panteão foi uma glosa vastamente utilizada no século XIX, assim como atribuir expressões que de alguma forma lembravam ou faziam correlações com mestres da literatura estrangeira, tidos como universais, filósofos, marcas e balizas da civilização clássica.

A formação do panteão na Grécia antiga “constitui um modo de pensar, de distinguir, de classificar os fenômenos naturais, sociais, humanos, ligando-os às diversas Potências que nelas se manifestam e que os comandam” (VERNANT, 2003, p. 236). As potências que se manifestaram no cenário nacional e local do século XIX eram figuras incomuns, cuja notoriedade só se respaldava por dominarem ferramentas de linguagem e comunicação de difícil decifração social para outros segmentos letrados e, sobretudo, para os não letrados.

---

<sup>4</sup> A Questão Coimbrã é interpretada como o surgimento do Realismo em Portugal, uma reação ao ultraromantismo, ou como o próprio Quental classificava: “a escola do elogio mútuo”. A Questão Coimbrã surgiu quando Antonio Feliciano de Castilho, respeitável e conhecido escritor português, protetor dos escritores mais jovens, defensores do *status quo* e distantes das questões políticas e sociais porque passara a Europa de então, como a discussão acerca do socialismo, do anarquismo, do liberalismo, entre outras questões, em carta ao editor Antonio Maria de Pereira, sobre a qualidade do *Poema da Mocidade*, escrito por um dos seus apadrinhados, Pinheiro Chagas, aproveitou o ensejo para criticar veementemente o que chamava de exibicionismo, obscuridade e desvirtuose do real sentido da poesia que praticava um grupo de jovens de Coimbra: Teófilo Braga, Antero de Quental e Vieira de Castro. Em resposta a Castilho, Antero de Quental, numa carta, afirmava a necessidade de independência dos jovens escritores, a missão dos poetas em meio às grandes transformações em curso e aos problemas ideológicos de então e à insignificância dos poemas que Castilho escrevia. Por outro lado, em defesa de Antero, Teófilo Braga afirma que a celebridade de Castilho devia-se à sua cegueira e reafirmava a necessidade de renovação da literatura. As trocas de farpas de ambas as partes seguiu por meses a fio sem solução, conforme Borralho (2009: 203-204).

Essa característica em se atribuir “nomes-títulos” era a busca por referências legitimadoras das ações e pensamentos consubstanciadas pelo suposto respaldo e significação que o nome-título embutia, ou seja, considerar Odorico Mendes o Virgílio Brasileiro era transladar para a cena pública a importância que este passava a ter pelo grau de expressividade e importância que o respectivo homônimo teve no passado. Assim, Odorico Mendes tinha a importância para as letras nacionais tal como teve Homero para os gregos e Virgílio para os romanos. Essa referência nunca era pautada num referente pátrio, um herói brasileiro do passado, quer colonial, quer imperial, e sim, sempre distante geográfica, espacial e culturalmente, cuja simbolização descartava os embates de construção da memória, as contradições políticas e sociais do referente, resgatando somente os elementos heróicos plasmados pela idealização. Odorico Mendes foi imortalizado no espaço simbólico do panteão maranhense caracterizado como Athenas Brasileira, cujos elementos de ritualização, reuniu princípios de idealização clássica da civilização ocidental, acrescido dos exageros do romantismo nacional.

Depois da biografia de Odorico Mendes, aparecem as de João Inácio da Cunha, Sotero dos Reis, José Cândido de Moraes e Silva (o Farol), Senador Antônio Pedro da Costa Ferreira (Barão de Pindaré), no Pantheon I. Na parte II, também no primeiro Tomo, aparecem as de Brigadeiro Feliciano Antônio Falcão, Senador Joaquim Franco de Sá, Senador Conselheiro João Pedro Dias Vieira, Dr. Joaquim Gomes de Sousa, Antônio Joaquim Franco de Sá, Conselheiro João Duarte Lisboa Serra, Trajano Galvão de Carvalho, Belarmino de Matos e Senador Conselheiro Francisco José Furtado.

O tomo II, parte III, publicado no ano de 1875, trata única e exclusivamente de Gonçalves Dias. A última parte do livro é dedicada a João Francisco Lisboa, Antonio Marques Rodrigues e ao Doutor Frei Custódio Alves Serrão.

As biografias escritas por Antonio Henriques Leal, em *O Pantheon Maranhense*, são uma demonstração deste grande processo de afirmação de grupos políticos, uma conjugação da sociabilidade atheniense, além de uma exemplificação das disputas intra-elite. A obra, para além das críticas de Frederico Corrêa (1878), interpretando-a como concessão e formação de uma *coterie*, também pode ser vista como o resultado de um perfil dessa elite corroborando para a construção de uma cultura oficial brasileira no plano local.

No entanto, Antonio Henriques Leal não pode ser tomado como único formador de uma *intelligentsia* política no Maranhão no século XIX, ainda que mapeie seu rosto. Olhando de perto, para além de uma construção aberrante de formação cidadã e espaço público em seu

entorno, com sua participação direta e entre seus pares, o que fica caracterizado ao ler sua obra de biografias é que todos os presentes no *Pantheon* circulavam e transitavam pelos mesmos espaços, decidiam e participavam dos lugares e estâncias de poder, quer político, econômico, ou sócio-cultural. Isto tem a ver com o diminuto tamanho da cidade, o tamanho da população, mas não só. Tem muito mais a ver com as regras da legibilidade urbana, ou seja, os códigos de aceitação, circulação e legitimação do poder, como a formação educacional, o poder judiciário, a imprensa, instituições promotoras e veiculadoras de informação e detentoras da formação. Excetuando-se escravos, forros, iletrados, pobres, o núcleo decisório da província, construtor de significados sociais, em parte, está presente nesta obra.

Raras foram as exceções dos mencionados que não eram oriundos de famílias abastadas, além da misoginia em não ter relacionado em toda a sua obra uma única mulher, a não ser quando se tratava das mães. Uma das questões a serem levantadas é que, ao relacionar os que ali se encontram, deixou de fora uma parte significativa da sociedade, exaltando aqueles que participaram da estruturação política do império, sendo maranhenses, mas omitiu quantos maranhenses que poderiam constar em sua obra: os que abandonaram, mudaram ou simplesmente, buscaram reconhecimento e notoriedade longe do torrão que tanto se orgulhava de ter gerado filhos ilustres contribuidores daquela nova nação. Isto sem tocar no caráter politiquero das circunstâncias provincianas do Maranhão que, apenas de forma tangencial, ele menciona, sempre para consubstanciar a correlação com a vida dos biografados.

Via de regra, Antônio Henriques Leal elenca os biografados enquanto “liberais” e “conservadores” logo após o rompimento político com Portugal, tomando como inferência um tipo de separação partidária que, a rigor só existiu enquanto definição exclusiva e restrita após a abdicação de D. Pedro I. Não se trata de uma incongruência conceitual por parte do autor do *Pantheon* acerca da política no Brasil naqueles primórdios, mas um tipo de construção de memória da nação exaltando as ações dos homens ligados ao que seria no futuro chamado de Partido Liberal nos momentos iniciais da edificação da vida pública no país, pós-emancipação política.

Sendo assim, qual a finalidade de escrever tal obra, se seu autor abandonou a carreira política, exercendo apenas dois cargos eletivos, escrevendo-a relacionando pouquíssimos romancistas, poetas, jornalistas, carreando a idéia de ilustres co-provincianos, tendo como principal suporte a trajetória política dos escolhidos e suprimindo a informação de que poucos maranhenses permaneciam em solo *mater*, buscando outras paragens depois de terem colaborado na edificação do estado brasileiro e, relegando a grande existência de escritores que

colaboraram para a afirmação do epíteto ateniense, como ele mesmo afirma logo na abertura de sua obra ao falar de Odorico Mendes, relatando que alguns escritores denominaram-na de Atenas Brasileira? O *Pantheon* é mais que uma obra de biografias; é uma história política do Maranhão no século XIX contada a partir da participação das figuras relacionadas. Sua obra escrita para os amigos ou grupelho de classe pode ser também lida como um ensaio sobre as virtudes de alguns integrantes do partido liberal, sectários e caudatários de suas acepções naquela centúria. Esta obra é também uma história do Maranhão sobre os liberais escrita por um liberal, nem tão atuante assim do ponto de vista do combate nas tribunas, mas importante na construção de símbolos da civilidade e da memória.

## REFERÊNCIAS

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense - UFF. Tese de Doutorado, 2009.

\_\_\_\_\_. **Terra e Céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luis do Maranhão**. Assis-SP, Universidade Estadual Paulista - UNESP. Dissertação de Mestrado. 2000.

\_\_\_\_\_. **Tradições Historiográficas no Maranhão**. Revista Outros Tempos. Publicação Eletrônica do Departamento de História, UEMA. N° 01.18 págs. Endereço eletrônico: [www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br). 2004.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Política em A Chronica Parlamentar, de Trajano Galvão de Carvalho**. In: GALVES, Marcelo Cheche, COSTA, Yuri (orgs). O Maranhão Oitocentista. Imperatriz: Ética, São Luis: Editora UEMA, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, César Augusto. **A educação profisisonal de crianças no Brasil império: Casas de Educandos Artífices (1841-1889)**. São Paulo, 2006. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de Pós-Doutorado.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Tip. do Frias, 1878.

COUTINHO, Milson. **A presença maranhense na Câmara dos Deputados, 1826-2006**. Notas bibliográficas. Apresentação de Jomar Moraes. São Luis: Edições Legenda, 2007.

DENNIS, Ferdinand. **Resumo da História literária do Brasil**. Porto Alegre., Ed. Guilhermino César, 1968.

ENDERS, Armelle. **O Plutarco Brasileiro: A Produção dos Vultos nacionais no Segundo Reinado**. In: Estudos Históricos, n.º 25, 1º semestre de 2000, edição eletrônica: [www.cpdoc.fgv.br/revista](http://www.cpdoc.fgv.br/revista). Acessado em 18/09/2007.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho Escravo e trabalho livre na crise da aroexportação escravista no Maranhão**. São Luís: UFMA. Monografia de especialização em História econômica regional, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, 2001.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses (1822-1929)**. São Luis: Instituto Geia, 2003.

FRIAS, José Correia Maria de. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

GALVÃO, Trajano *et all*. **Três Lyras**. Colleção de poezias dos Bacharéis Trajano Galvão de Carvalho, Antonio Marques Rodrigues e Gentil Homem de Almeida Braga. São Luiz: Typografia do Progresso, 1863.

GALVES, Marcelo Cheche. **Entre os lustros e a Lei: portugueses residentes na cidade de São Luis**. Rio de Janeiro: Anais do XII Encontro Nacional de História: Usos do passado. 2006.

\_\_\_\_\_. **Homens de cor no processo de independência na província do Maranhão**. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: RS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão: a legitimação da ordem**. 4º Encontro Nacional de História da Mídia, Rede Alçar, junho de 2006, p. 1 a 8 (cd-rom).

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon Maranhense. Ensaio biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos**. São Luis, 1873; Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Pantheon Maranhense. Ensaio biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos**. São Luis, 1875; Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. Tomo II.

LEVÈFRE, René & ODYLO, Costa Filho. **Maranhão, São Luis e Alcântara**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

LISBOA, João Francisco. **Obras**. Precedidas de uma noticia biográfica pelo Dr. Antonio Henriques Leal. São Luis: typografia Belarmino de Mattos, 1865.

LOPES, Antonio. **História da imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870; Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

\_\_\_\_\_. **Breve Memória da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.



MEIRELLES, Mário. **Panorama da Literatura Maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

PEREIRA, Maria Esterlina Mello. **O processo de independência e integração do Maranhão**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1982.

REIS CARVALHO, Antonio dos Reis. **A literatura maranhense**. In. Biblioteca internacional de obras célebres, vol XX, p. 9738-9356. Rio de Janeiro: Sociedade Internacional, 1912.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luis: Unigraf, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002.

SERRA, Astolfo. **Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1965.

SERRA, Joaquim (Ignotus). **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

SERRA, Joaquim *et All*. **A casca da Caneleira**. São Luis: Edições SIOGE, 1980. 1ª edição: São Luis: tipografia Belarmino de Mattos, 1866.

SILVA, Luis Antônio Vieira da. **História da Independência da província do Maranhão, 1822-1828**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, (1862), 1972.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timom de João Francisco Lisboa**. Recife. UFPE, dissertação de Mestrado, 2002.

SODRÉ, Néelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre Mito e Política**. São Paulo: EDUSP, 2002.

VIEIRA DA SILVA, Luis Antonio. **História da Independência da província: 1822-1828**. São Luis: Typografia do Progresso.

VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 3ª edição. 1977.

WEFFORT, Francisco. **Jornais são partidos?** In: Revista Lua Nova, Rio de Janeiro, jul/set, 1984, pp.37-40, v.1, nº 02.